



Lucio Bernardo Jr.

Medalha para quem trabalhou na Constituinte

Em sessão solene, o presidente Henrique Alves entregou mais de 150 medalhas da Assembleia Constituinte a políticos, jornalistas e outros colaboradores dos trabalhos entre 1987 e 1988. | 5

Plenário anula decisão sobre bancadas

Projeto aprovado suspende efeitos da resolução do TSE que mudou número de deputados federais de alguns estados

Por 230 votos a 60 e 8 abstenções, os deputados aprovaram o Projeto de Decreto Legislativo 1361/13, do Senado, que suspende os efeitos da resolução do Tribunal Superior Eleitoral que alterou a quantidade

de deputados federais de alguns estados para as eleições de 2014. A matéria vai a promulgação. A decisão do TSE levou em conta dados mais recentes de população divulgados pelo IBGE. | 3

SESSÃO SOLENE

Congresso promulgará hoje PEC do Voto Aberto | 2

HOSPITAIS

Grupo conclui que falta de verbas traz caos a emergências | 7



Zeca Ribeiro

Sem acordo, votação de marco da internet pode ficar para 2014

Ainda não há acordo sobre propostas que trancam a pauta. Líder do governo lembrou que há mais de 250 emendas para mudar projeto sobre marco civil. | 3

Mesa Diretora transfere decisão sobre Genoio para terça-feira

 | 4

No dia nacional de combate ao câncer, representantes de entidades de prevenção ao câncer de mama pediram mais recursos para a saúde. | 7

Conselho de Ética aprova cassação de Donadon

 | 4

Agências reguladoras podem ter padronização

 | 6

LEIA ESTA EDIÇÃO NO CELULAR

EMENDA | Pelo texto aprovado no Senado, voto secreto acaba em casos de vetos e de cassação de mandatos

Congresso promulga hoje voto aberto

A promulgação da emenda à Constituição que instituiu o voto aberto para as votações nos processos de cassação de mandatos parlamentares e no exame dos vetos presidenciais está marcada para esta quinta-feira (28), às 11h, em sessão do Congresso Nacional.

Os senadores aprovaram na terça-feira texto mais restrito do que o aprovado anteriormente na Câmara. Os deputados deram o aval para o fim do voto secreto em todas as votações, decisão que abrangia não apenas a Câmara e o Senado, mas também os legislativos municipais e estaduais.

Mesmo com as limitações, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, considerou um avanço a mudança a ser promulgada. “Temos que respeitar a posição diferente do Senado, até porque algumas das prerrogativas do voto secreto são dos senadores, no exame de indicação para as agências [reguladoras], para embaixador, para procurador. Não é uma prerrogativa do voto do deputado, mas do voto do senador. Então, eles têm todo o direito de ter uma avaliação própria das prerrogativas deles. Mas, pelo menos, em relação à cassação e a vetos já foi um avanço.”

Cassações do mensalão - As partes da proposta não acatadas pelos senadores terão que voltar à análise



A PEC foi aprovada em setembro pelos deputados, mas previa voto aberto em todos os casos, o que foi mudado no Senado

da Câmara. Henrique Alves disse que a promulgação da emenda do voto aberto para os processos de cassação de mandato já o tranquiliza em relação às próximas votações desses casos na Câmara.

Os deputados condenados na Ação

Penal 470, do mensalão, por exemplo, já deverão ter a cassação analisada em votação aberta. Os deputados Valdemar Costa Neto (PR-SP), João Paulo Cunha (PT-SP) e José Genoíno (PT-SP), além de Pedro Henry (PP-MT), foram condenados à prisão pelo Su-

premo Tribunal Federal e perderam os direitos políticos.

Henrique Alves havia firmado posição de não colocar em votação nenhum processo de perda de mandato enquanto a emenda do voto aberto não fosse promulgada.

AGENDA

QUINTA-FEIRA
28 de novembro de 2013

População de rua

A Comissão de Seguridade Social e Família promove a audiência pública “Traçar diretrizes de implementação da política nacional para a população em situação de rua”. São convidados representantes do Executivo e de entidades de defesa das populações de rua. Plenário 7, 9h30

Educação infantil

A Comissão de Educação reúne-se para debater metodologias de alfabetização na educação infantil. Plenário 10, 9h30

Leilão de petróleo

A Comissão de Legislação Participativa discute o leilão de blocos de petróleo e gás sobrepostos a terras indígenas e unidades de conservação. Com representantes de povos indígenas. Plenário 3, 9h30

Juventude negra

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

realiza a audiência pública “Diretrizes de implementação do Plano Juventude Viva, Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra”. Plenário 6, 9h30

Manejo florestal

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável debate o PL 2534/07, que regulamenta o funcionamento das entidades certificadoras de manejo florestal. Plenário 8, 10h

Violências silenciosas

A Secretaria da Mulher da Câmara e a Procuradoria Especial da Mu-

lher do Senado promovem a palestra “Violências silenciadas e silenciosas: um olhar ao redor”. Plenário 13, 10h

Parlamentares cristãos

Encontro Nacional de Parlamentares Cristãos. Auditório Nereu Ramos, 13h30



LEIA AGENDA
COMPLETA
NO CELULAR

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)**

1ª Vice-Presidente
Andre Vargas (PT-PR)

2ª Vice-Presidente

Fábio Faria (PSD-RN)

1º Secretário

Marcio Bittar (PSDB-AC)

2º Secretário

Simão Sessim (PP-RJ)

3º Secretário

Maurício Quintella Lessa (PR-AL)

4º Secretário

Biffi (PT-MS)

Suplentes: **Gonzaga Patriota (PSB-PE), Wolney Queiroz (PDT-PE), Vitor Penido (DEM-MG) e Takayama (PSC-PR)**

Ouvidor Parlamentar: **Nelson Marquezelli (PTB-SP)**

Procurador Parlamentar: **Claudio Cajado (DEM-BA)**

Corregedor Parlamentar: **Átila Lins (PSD-AM)**

Presidente do Centro de Estudos e Debates Estratégicos: **Inocêncio Oliveira (PR-PE)**

Diretor-Geral: **Sérgio Sampaio de Almeida**

Secretário-Geral da Mesa: **Mozart Vianna de Paiva**

SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretor: **Sérgio Chacon** (61) 3216-1500 secom@camara.leg.br

Jornal da Câmara

Diretor de Mídias Integradas

Frederico Schmidt

Coordenador de Jornalismo

Antônio Vital

jornal@camara.leg.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1626

Editora-chefe

Rosalva Nunes

Editores

Sandra Crespo

Juliano Machado Pires

Diagramadores

Gilberto Miranda

Roselene Guedes

Renato Palet

Líder do PDT vai contestar resultado no STF

Maria Neves e Carol Siqueira

Ao final da votação do PDC 1361/13, o líder do PDT, deputado André Figueiredo (CE), adiantou que vai entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a nova lei no Supremo Tribunal Federal. “A Constituição é muito clara quando diz que um projeto de decreto legislativo veta apenas atos do Executivo, e não do Judiciário”. E acrescentou: “votamos algo inconstitucional”.

Para o deputado Esperidião Amin (PP-SC), a aprovação do projeto “só vai trazer para esta Casa humilhação”. Isso porque, segundo ele, “não há dúvida nenhuma” de que o Supremo vai considerar o texto inconstitucional. “A Constituição instituiu que tivéssemos uma lei complementar para definir sobre o tamanho das bancadas, a lei foi votada nas duas Casas, e estabeleceu uma regra, que o Tribunal Superior Eleitoral apenas cumpriu”, afirmou.

O deputado Marcos Rogério (PDT-RO) ressaltou que não houve usurpação do poder do Congresso para legislar. “Quem deu poder ao Judiciário para deliberar sobre o número de deputados por estado, a partir de dados oficiais do IBGE, foi a própria legislação complementar, aprovada pelo Legislativo”, ressaltou.

Recontagem - Já o deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE) disse que a resolução é que era inconstitucional. “Essa recontagem só pode ser feita por lei. Quem pode aumentar ou diminuir o tamanho das bancadas é o Legislativo”, disse.

O deputado Fábio Trad (PMDB-MS) também questionou a legalidade da resolução do TSE. “Houve omissão da lei complementar [sobre a definição das bancadas]. Não pode uma resolução, uma instrução normativa do Judiciário, subverter a letra constitucional”, criticou.

Gustavo Lima



O líder do PDT, André Figueiredo

ELEIÇÕES | A resolução foi editada em abril, seguindo dados populacionais do IBGE

Câmara anula resolução do TSE que alterou bancadas dos estados

Eduardo Piovesan

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Decreto Legislativo 1361/13, do Senado, que anula os efeitos da resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que alterou a quantidade de deputados federais de alguns estados para as eleições de 2014. O projeto foi aprovado por 230 votos a 60 e 8 abstenções. A matéria vai a promulgação.

A resolução do TSE foi editada em abril, seguindo os dados mais recentes de população divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Estados que ganhariam - De acordo com a resolução, o Pará é o estado cuja bancada mais crescerá na próxima legislatura, com quatro cadeiras a mais (de 17 para 21). Ceará e Minas Gerais teriam mais duas vagas cada um (passando, respectivamente, de 22 para 24 e de 53 para 55 deputados).

Os estados de Amazonas e Santa Catarina aumentariam suas bancadas em um deputado federal (o Amazonas passaria de oito para nove cadeiras; e Santa Catarina, de 16 para 17 deputados).

POLÊMICA | Projeto tranca a pauta da Câmara, e relator negocia pontos com seis bancadas

Internet: votação do marco civil em 2014

Mesmo depois de uma nova rodada de negociações entre os líderes da base, a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e o vice-presidente da República, Michel Temer, ainda não há acordo sobre os projetos que trançam a pauta da Câmara. O líder do governo, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), lembrou que há mais de 250 emendas aglutinativas para alterar o projeto do marco civil da internet (PL 2126/11) e que, sem acordo, não haverá como votar o texto até o fim do ano.

“Se não der acordo, não vota neste ano. Não é uma situação fácil, mas é a realidade”, disse Chinaglia.

O líder do PT, deputado José Guimarães (CE), disse que o relator do marco civil, deputado Alessandro Molon (PT-RJ), ainda vai negociar a proposta com seis bancadas antes de apresentar o seu relatório final. A perspectiva é que o novo texto seja apresentado na semana que vem.

Pontos polêmicos - Entre as polêmicas do projeto está a neutralidade



Luis Macedo

Deputados se manifestam durante a sessão em que foi votada a resolução do TSE

Os que perderiam - Paraíba e Piauí sofreriam a maior redução de bancada. Cada um perderia dois deputados federais (de 12 para 10 e de 10 para oito, respectivamente). Pernambuco (25), Paraná (30), Rio de Janeiro (46), Espírito Santo (10), Alagoas (9) e Rio Grande do Sul (31) perderiam um deputado na próxima legislatura.

As vagas foram redefinidas em razão da análise de um pedido da Assembleia Legislativa do Amazonas, que foi deferido pelo TSE em

abril deste ano. O argumento é que a Constituição determina o ajuste das bancadas, no ano anterior às eleições, proporcionalmente à população.

Os estados defensores da resolução do TSE argumentam que a Lei Complementar 78/93 já regulamentou o assunto. Já os estados contrários argumentam que toda revisão cabe ao Congresso por nova lei complementar. O texto dessa lei praticamente repete a determinação constitucional de se fazer a revisão.



Fotolia

A neutralidade da rede impede tratamento diferenciado por provedores

da rede, que impede tratamento diferenciado para usuários por provedores de conexão e conteúdo. Ficaria proibida, por exemplo, a venda de pacotes de internet com apenas um ou outro serviço – como o acesso somente a redes sociais ou a e-mail.

O maior opositor desse ponto é o líder do PMDB, deputado Eduardo Cunha (RJ). Enquanto o governo afirma que a neutralidade dá garan-

tias ao usuário, Eduardo Cunha diz que os custos da internet vão aumentar sem a possibilidade de pacotes diferenciados.

Pauta trancada - O marco civil tranca a pauta da Câmara junto com o projeto que vincula o dinheiro da multa do FGTS ao programa Minha Casa Minha Vida (PLP 328/13); e o porte de arma para agentes penitenciários (PL6565/13).

PROCESSO | Na reunião, Mesa avaliará se cassa ou não o mandato do deputado

Mesa Diretora adia para terça-feira reunião sobre mandato de Genoino

A reunião da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados prevista para hoje foi adiada para a próxima terça-feira (2), às 11h. Nessa reunião será decidido se a Casa abrirá ou não processo de cassação do mandato do deputado licenciado José Genoino (PT-SP).

O encontro foi adiado, segundo o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, porque três integrantes da Mesa não poderiam estar presentes, e Alves quer que todos participem.

Laudos - O diretor do Departamento Médico da Câmara, Jezreel Avelino da Silva, disse ontem que José Genoino não é portador de cardiopatia grave. De acordo com o cardiologista Luciano Janussi Vacanti, integrante da junta médica que avaliou o parlamentar, “não existe no momento invalidez definitiva, mas circunstância de ter riscos na atividade laboral”.

A junta médica recomendou que o deputado fique em licença por mais 90 dias, contados a partir dos exames feitos na segunda-feira (25), e depois seja periciado novamente. José Genoino entrou com o pedido de aposentadoria por invalidez na Câmara em setembro.

Segundo Vacanti, houve uma melhora do quadro de Genoino desde a análise pela perícia da Casa em setembro. “Houve uma evolução satisfatória



Henrique Eduardo Alves anunciou adiamento da reunião da Mesa Diretora

da cirurgia, mas ele ainda necessita de cuidados especiais e maior controle tanto da pressão arterial quanto da coagulação sanguínea.” De acordo com o médico, as tensões dos últimos dias, quando Genoino foi levado para o Complexo Penitenciário da Papuda, fizeram aumentar a pressão arterial do parlamentar.

Os médicos concederam entrevista coletiva para apresentar o laudo dos exames realizados em Genoino. Eles afirmaram que o paciente poderá ter

o estado de saúde alterado para melhor ou pior em dois anos, a contar da primeira perícia em setembro, e que novas perícias podem ser feitas.

Laudos da UnB - Na terça-feira, um laudo de cinco cardiologistas da Universidade de Brasília (UnB), a pedido do Supremo, afirmou que a cardiopatia do deputado “não se caracteriza como grave”, mas recomenda que os medicamentos sejam “rigorosamente mantidos enquanto perdurar o tratamento anticoagulante”.

ÉTICA E DECORO | Agora, a decisão será analisada pelo Plenário, em votação aberta

Conselho aprova cassação de Natan Donadon

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovou ontem relatório do deputado José Carlos Araújo (PSD-BA), recomendando a cassação do mandato de Natan Donadon (Sem Partido-RO).

Para Araújo, é inconcebível que uma pessoa condenada e cumprindo pena continue com seu mandato parlamentar. “Não podemos ter um colega deputado cumprindo pena de 13 anos e seis meses. É um absurdo, e não podíamos concordar com isso. Esse erro tinha que ser corrigido.”

O líder do PSB, Beto Albuquerque (RS), afirmou que a manutenção do mandato de Donadon foi decorrente de diversos erros que antecederam a sessão de 28 de agosto, no Plenário. Albuquerque lembrou que a decisão de realizar a sessão foi tomada na reunião de líderes realizada na véspera. “Aconteceu que a ausência de uns, a falta de outros que estavam na Casa, que acabaram não votando já tarde da noite, confirmou a manutenção do

título de deputado a um homem que não tem direitos políticos, que está preso em regime fechado, que foi condenado com sentença transitada em julgado.”

Desgaste desnecessário - O deputado Júlio Delgado (PSB-MG) afirmou que a Câmara está passando por esse desgaste desnecessariamente. Ele lembrou que, na Constituição, uma das formas previstas para a perda do mandato parlamentar é o não com-

parecimento a um terço das sessões. Como Donadon está preso desde junho, lembrou, ele já deveria ter sido desligado da Câmara por ato da Mesa.

Plenário - A decisão do Conselho de Ética vai agora ser analisada no Plenário da Câmara com voto aberto. Mas o escritório de advocacia que representa Donadon afirmou que vai recorrer à Comissão de Constituição e Justiça e, se for preciso, ao STF contra a decisão da Câmara.



Deputados Ricardo Izar e José Carlos Araújo, relator do processo, durante a reunião

PINGA-FOGO

Fundos de previdência

A Câmara realizou seminário para debater a situação econômica dos fundos próprios de previdência social dos servidores municipais e estaduais. Proposto por Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), o encontro evidenciou irregularidades, como desvio de verbas, nessas entidades. Por isso, o deputado apresentou projeto que institui mecanismos de formulação e aplicação dos fundos.

Decisões do Supremo

Ao protestar contra a decisão do Supremo de ter mandado prender os condenados no caso do mensalão, Nazareno Fonteles (PT-PI) afirmou que a Corte agiu de forma inconstitucional. Ele disse que a Câmara “se rebaixa ante as decisões do Supremo” e que está na hora de a Casa aprovar a proposta de emenda à Constituição que submete as decisões do STF ao Congresso.

Brasil/China

Integrante do grupo parlamentar Brasil-China, Cláudio Cajado (DEM-BA) destacou viagem que fez recentemente a China, Irã e Azerbaijão para aprofundar as relações de cooperação com aqueles países. Para o deputado, com a China pode ser ampliada a parceria em energia, transporte e produção de petróleo e gás. Se suspensas as sanções da ONU ao Irã, a oportunidade será em tecnologia, enquanto o Azerbaijão pode se tornar um parceiro comercial.

Mulher na política

Janete Capiberibe (PSB-AP) elogiou a realização, em Brasília, do Seminário Nacional de Mulheres, com o tema As Mulheres e as Eleições de 2014. De acordo com a deputada, é preciso que a participação feminina na política seja maior. Janete Capiberibe lembrou que as mulheres representam apenas 8,7% dos deputados.

Biografias

Está pronto para votação o projeto que permite biografias não autorizadas. O autor da proposta, Newton Lima (PT-SP), avalia que o texto vai garantir a liberdade de expressão e o acesso à informação. O deputado lembrou que o assunto ganhou apoio de diversos artistas consagrados e alternativos que lutam pelo direito do cidadão de se informar.

PINGA-FOGO

Telefonia no Ceará

Chico Lopes (PCdoB-CE) reclamou da falta de fiscalização da Anatel quanto aos serviços de telefonia móvel no Ceará, principalmente em Fortaleza. O deputado afirma que para fazer uma ligação, o consumidor tem que contar com a sorte, mas a agência reguladora não toma providências para melhorar o serviço.

Situação dos municípios

Para melhorar a situação financeira dos municípios, Silas Câmara (PSD-AM) defendeu a revisão do pacto federativo. O deputado considera uma injustiça dividir obrigações, mas concentrar cada vez mais a arrecadação tributária, sobrecarregando as prefeituras.

Morte de professores

Há quatro anos, dois professores da Rede Municipal de Ensino de Porto Seguro foram assassinados. Valmir Assunção (PT-BA) manifestou apoio à mobilização realizada no município para cobrar o fim da impunidade e o encaminhamento do julgamento dos acusados ao júri popular.

Verbas para a CGU

Fábio Trad (PMDB-MS) pediu ao governo federal que não contingencie as verbas da Controladoria Geral da União. O deputado alertou que não é possível combater a corrupção com eficácia sem valorizar os órgãos de fiscalização e controle.

Aposentados e pensionistas

Marçal Filho (PMDB-MS) manifestou apoio às reivindicações da Confederação Brasileira dos Aposentados. Além do fim do fator previdenciário, o deputado defendeu também o aumento dos benefícios pagos aos aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo.

25 ANOS | Comendas foram cunhadas pela Casa da Moeda em 1988 a pedido de Ulysses Guimarães

Alves entrega mais de 150 medalhas a colaboradores da Constituinte

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, entregou ontem mais de 150 “Medalhas Assembleia Nacional Constituinte” para parlamentares constituintes e colaboradores do processo constitucional. Segundo ele, as medalhas são um reconhecimento público ao trabalho de todos que contribuíram para a elaboração da Constituição de 1988.

Alves lembrou que a sessão solene de entrega das homenagens faz parte das comemorações dos 25 anos da promulgação do texto constitucional. As medalhas foram cunhadas pela Casa da Moeda do Brasil em 1988 a pedido de Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Constituinte. Mas, devido a uma ação judicial, as

medalhas não foram entregues na época e, desde então, ficaram guardadas em um cofre na Câmara. Neste ano, com o arquivamento da ação e após a aprovação de um projeto de resolução, o presidente da Casa decidiu entregá-las.

“A democracia que temos hoje foi resultado da ação determinada de deputados e senadores constituintes”, salientou Alves. Ele destacou o esforço de mediação e entendimento dos constituintes, durante 20 meses de trabalho, para que fosse respeitada a diversidade do povo brasileiro. Para Alves, o documento final tem o mérito de traduzir os anseios da maioria dos brasileiros.

Direitos - O vice-presidente da

República, Michel Temer, um dos parlamentares constituintes que receberam medalha, lembrou que a Constituição acabou com o autoritarismo no Brasil e instaurou um Estado democrático. “Não ocorrem crises institucionais no Brasil desde a promulgação da Constituição”, observou.

De acordo com Temer, os parlamentares constituintes tiveram o mérito de conseguir conjugar liberdades individuais com direitos sociais fundamentais. Na visão do vice-presidente, são esses direitos adquiridos que permitem que hoje a população peça eficiência na sua concretização nas manifestações de rua pelo País.

Temer acrescentou que o Brasil deve muito ao Poder Legislativo. “Precisamos recuperar a ideia de que o Legislativo é a força motriz que movimenta o Poder Público brasileiro”, afirmou. Segundo ele, o Legislativo traduz os anseios do povo brasileiro, que são executados pelo Poder Executivo.

Agraciados - Entre os parlamentares constituintes que receberam a medalha estão o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage; o ministro da Micro e Pequena Empresa, Afif Domingos; o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim; o ex-presidente do Tribunal de Contas da União Ubiratan Aguiar; e o senador Aécio Neves (PSDB-MG). Alves também entregou medalhas a jornalistas que cobriram o processo constituinte, como André Dusek, Gisele Arthur e Orlando Brito.

A sessão de ontem foi a segunda dessa natureza. No dia 9 de outubro, foi realizada uma primeira sessão, na qual receberam medalhas a presidente da República, Dilma Rousseff; o presidente do Senado, Renan Calheiros; e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa. Alves recebeu sua medalha do vice-presidente da Assembleia Nacional, Mauro Benevides (PMDB-CE).



Na sessão solene, foi exibido vídeo com imagens da promulgação da Carta, em 1988



O vice-presidente da República, Michel Temer, recebeu a medalha de Henrique Alves

DESTAQUES DO PORTAL CÂMARA NOTÍCIAS



TV



Rádio



Agência



Especialistas defendem uso de simuladores por autoescolas



Depoimento reforça suspeita de irregularidades em adoção na Bahia



CCJ aprova regulamentação da profissão de promotor de vendas

AGÊNCIAS REGULADORES | Frente parlamentar pelo setor foi lançada na Câmara

Servidores querem padronização do funcionamento das agências

Os servidores das dez agências reguladoras pretendem apresentar um projeto de Lei Geral das Agências à Comissão de Legislação Participativa. Eles criticaram a retirada do projeto do Executivo (PL 3337/04) sobre o assunto no primeiro semestre. A proposta deverá ser defendida pela Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento das Agências Reguladoras, lançada ontem.

Solon da Fonseca, da Agência Nacional de Cinema, defendeu uma lei que padronize o funcionamento das agências, definindo temas como número de diretores, possibilidade de recondução e critérios de nomeação. Os servidores também querem ser formalmente incluídos na categoria de carreiras típicas de Estado.

Interesse público - O deputado Glauber Braga (PSB-RJ), que é o presidente da frente, destacou que o fortalecimento das agências é um meio de aproximá-las da sociedade. “O objetivo é que o interesse público prevaleça



Gabriela Korossy

O deputado Glauber Rocha destacou importância de fortalecer agências

sobre o interesse particular daqueles que estão realizando os serviços que lhe foram delegados.”

Já Paulo Teixeira (PT-SP) disse não concordar com a fixação de critérios exclusivamente técnicos para a esco-

lha dos diretores. Teixeira defendeu o controle social e parlamentar sobre as agências.

Tramitam ainda na Câmara 15 propostas sobre o assunto (PL 2275/03 e apensados).

ADMINISTRAÇÃO

Regulamentação de greve no serviço público

O relator da comissão mista de consolidação da legislação federal, senador Romero Jucá (PMDB-RR), vai apresentar no dia 10 a minuta do projeto de lei que regulamenta o direito de greve do servidor público.

A informação foi transmitida na terça-feira pelo relator a representantes de centrais sindicais.

Jucá se comprometeu a acolher sugestões apresentadas pelos sindicalistas. “A ideia é fazer um texto negociado com as centrais, para ter uma tramitação rápida”, afirmou.

Os sindicalistas apresentaram sugestões sobre falta ao trabalho durante as paralisações, negociação de acordo coletivo, afastamento de líder sindical e associação sindical.

Jucá explicou, porém, que somente poderá abordar o conteúdo referente ao inciso VII do artigo 37 da Constituição - o que trata do direito de greve. Mas ele prometeu apresentar projeto específico sobre afastamento de líder e associação sindical.

SESSÃO SOLENE | Instituto nacional de metrologia tem em seus quadros mais de 220 profissionais com doutorado

Câmara realiza homenagem pelos 40 anos do Inmetro

A Câmara homenageou com sessão solene os 40 anos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). O deputado Fernando Francischini (SDD-PR), que sugeriu a homenagem, disse que o Inmetro é um órgão de alta credibilidade que se tornou referência no País. “Na área de pesquisa e tecnologia, o Inmetro conta hoje com mais de 220 profissionais com título de doutorado, o que confere um nível de qualidade de produção científica e tecnológica que não deve nada a



Gabriela Korossy

Deputados elogiaram o trabalho do Inmetro na fiscalização de produtos

qualquer país”, afirmou.

Para Alexandre Santos (PMDB-

-RJ), o trabalho do Inmetro é importante para todos. “O Inmetro

é um orgulho para o Rio, realizando serviços para todo o País”, afirmou. “Antigamente tínhamos sempre desconfiança na hora de pesar os produtos. Hoje, graças aos avanços do instituto na fiscalização não temos mais essa preocupação”, disse Chico Lopes (PCdoB-CE).

Segundo o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, José Carlos Araújo (PSD-BA), os 40 anos do instituto são motivo de comemoração para todas as instâncias envolvidas na busca da justiça nas relações de consumo.

PINGA-FOGO

Espera de cirurgia

Projeto de Reguffe (PDT-DF) obriga os governos a apresentar na internet a lista da fila de espera de cirurgias da rede pública. Segundo Reguffe, está virando prática passar na frente pacientes que entraram depois na lista de espera por uma cirurgia. De acordo com o parlamentar, na lista não constará o nome do paciente, apenas o RG. A proposta pretende também ajudar a saber há quanto tempo a pessoa está na fila.

Agricultura em Matopiba

A nova fronteira agrícola conhecida como Matopiba, que compreende as regiões produtoras de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, vem se destacando no mercado de grãos, disse Assis Carvalho (PT-PI). A produção, afirmou, vai saltar de 3,3 milhões de toneladas em 2010 para 16 milhões em 2020. Segundo ele, a área de colheita na região também vai aumentar durante esse período. Segundo o parlamentar, isso vai impulsionar a produção agrícola do País.

Boi de Axixá

Faleceu na semana passada um dos fundadores do Boi de Axixá, Francisco Naiva, aos 81 anos, com falência múltipla de órgãos. Weverton Rocha (PDT-MA) afirmou que a morte do fundador do bumba meu boi vai representar uma grande perda para a cultura e para o folclore maranhense. Francisco Naiva foi o responsável por compor, em parceria com Donato, a música Bela Mocidade, uma das canções mais famosas do bumba meu boi de orquestra, destacou Rocha.

Consciência Negra

O Dia da Consciência Negra (20 de novembro) é um momento histórico, destacou Evandro Milhomen (PCdoB-AP). O deputado acredita que a data é uma forma de diminuir o preconceito e o racismo existentes no País. De acordo com o Milhomen, o povo negro é essencial para o desenvolvimento econômico e cultural do Brasil e, por isso, são necessárias políticas públicas eficientes, direcionadas a essa população.

CÂNCER | Oncologista defende criação de centros de referência para prevenção e diagnóstico da doença

Especialistas pedem mais recursos para a saúde

Médicos, parlamentares e ativistas pediram mais recursos para a saúde e alertaram para a importância do diagnóstico precoce na luta contra o câncer. Os temas foram abordados ontem em seminário realizado na Câmara no dia nacional de combate à doença.

O médico Bernardo Garicochea, do Centro de Oncologia do Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, ressaltou que uma das estratégias mais importantes no combate ao câncer está na identificação de grupos de risco. O oncologista lembrou que, pelas estatísticas, uma em cada três pessoas vai ter algum tipo de tumor maligno ao longo da vida.

Garicochea sugeriu a criação de centros de referência em prevenção e diagnóstico para acolher aqueles que, por uma primeira triagem dos postos de saúde, sejam identificados entre os que têm mais probabilidade de desenvolver a doença, seja por fatores genéticos ou ambientais. “Pode-se criar unidades de prevenção dentro de hospitais que já estão bem estabelecidos. Isso facilitará o encaminhamento dos pacientes”, disse.



Zeca Ribeiro

Manifestantes pedem destinação de 10% das receitas brutas da União para a saúde

Segundo Garicochea, a análise dos grupos de risco poderia levar à redução de 20% na mortalidade por câncer nos próximos dez anos, especialmente nos tipos mais comuns, como próstata, mama, intestino, estômago e pulmão.

Demora - Na prática, a demora no atendimento aos pacientes diagnos-

ticados com a doença ainda é uma realidade no SUS, apesar de uma lei fixar prazo de 60 dias para início do tratamento. A presidente do Instituto Humanista de Desenvolvimento Social (Humsol), Tânia Gomez, citou um exemplo ocorrido no Distrito Federal. “Fui procurada hoje [ontem] por uma pessoa cuja mãe está

com diagnóstico de câncer. Faz dois meses que está aguardando atendimento e não consegue”.

Diagnosticada com câncer de mama em 2001, Tânia enfrentou a doença e atualmente milita na área, alertando sobre a importância do tratamento precoce e a necessidade de mais recursos para a saúde. A Humsol e outras entidades ligadas à Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama realizaram ontem ato em frente ao Congresso, pedindo a aprovação do projeto que destina, pelo menos, 10% das receitas brutas da União para a saúde (PLP 321/13).

Apoiadora da causa, a deputada Cida Borghetti (Pros-PR) lembrou também que, neste momento de discussão do Orçamento do próximo ano, é importante a destinação de emendas parlamentares para a saúde, especialmente, em áreas relacionadas ao tratamento do câncer. “Destinamos emendas para aquisição de quatro centros de diagnóstico, que vão cobrir o estado do Paraná”, informou.

ATENDIMENTO | Grupo de trabalho da Câmara verificou condições de serviços hospitalares do SUS em oito estados

Falta de verbas é razão do caos em emergências

Emergências de hospitais públicos lotadas, pacientes sendo atendidos em camas improvisadas no chão, banheiros sujos. Esse quadro foi constatado pelo grupo de trabalho da Comissão de Direitos Humanos, que realizou diligências nos serviços de emergência de hospitais do SUS em oito estados nas cinco regiões.

O relatório do grupo de trabalho foi apresentado pelo deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), durante o seminário “Caos no Atendimento de Urgência/Emergência no Brasil”.

De acordo com o documento, a falta de verbas para o setor de saúde, o chamado subfinanciamento, é um dos principais motivos dos problemas dos serviços de atendimento de urgência e emergência. Segundo Arnaldo Jordy, em média, apenas 10% do dinheiro que é aprovado para a área de saúde no Orçamento da União é efetivamente gasto.

“A situação é caótica. Não podemos aceitar que a sexta economia do planeta tenha uma situação tão trágica e criminosa como nós assistimos no Brasil: as pessoas morrendo”, disse Jordy.

O deputado ressaltou que as principais vítimas são a base da pirâmide socioeconômica: os pobres, as pesso-



Layzer Tomaz

As dificuldades na saúde podem ser amenizadas com prevenção, aponta o relatório

as que dependem do Estado e do SUS. “Infelizmente, muitas vezes, [essas pessoas] têm que apelar à reza ou à sorte, porque os profissionais, em alguns casos, têm que escolher entre um ou outro paciente para poder atender, deixando os demais à própria sorte”, afirmou.

Prevenção - A representante do Ministério da Saúde no debate, Maria do Carmo, disse que o governo reconhece que tem destinado pouco

dinheiro para o setor. “Vivemos uma situação de subfinanciamento, se compararmos os recursos dos quais dispõem outros países em mesmo nível de desenvolvimento”, declarou.

Segundo ela, o governo tem adotado medidas preventivas, como o programa Farmácia Popular. O acesso a medicamentos reduz em 20% a ida dos pacientes aos serviços de urgência e emergência, disse.

A representante do Ministério da

Saúde também destacou ser necessário melhorar o acesso da população às unidades de atenção básica e de levar profissionais para trabalhar nessa área específica.

Para o procurador da República Peterson Pereira, falta investimento em ações que evitem que as pessoas fiquem doentes, incluindo saneamento básico, água tratada e redução do sódio na comida. “Você tem que promover a saúde, e não direcionar todos os esforços no atendimento à doença”, afirmou.

Sugestões - No relatório, Arnaldo Jordy também apontou a necessidade de inversão do modelo de saúde, com mais investimentos na prevenção de doenças. Segundo o parlamentar, isso também depende do aumento de investimentos em saúde, com a efetiva liberação do dinheiro do Orçamento. Outro ponto destacado é a necessidade de melhorar a gestão dos serviços da área, com profissionais capacitados a conduzir o setor.

Jordy deverá concluir o texto em 20 dias e pretende enviá-lo à presidente Dilma Rousseff, aos presidentes da Câmara e do Senado e ao Supremo Tribunal Federal. Segundo ele, algumas medidas sugeridas vão precisar de intervenção judicial.

ORÇAMENTO IMPOSITIVO | Para senador, validade não depende da decisão da CCJ de dividir PEC em duas partes

Execução de emendas garantida em 2014

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Lobão Filho (PMDB-MA), disse ontem que a obrigatoriedade de execução de emendas parlamentares individuais está garantida para 2014, devido à inclusão das regras no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO – PLN 2/13) para 2014, aprovado pelo Congresso no dia 20. “Estamos impondo [a obrigatoriedade de execução de emendas] pela LDO. O Congresso deve isso a esta comissão. Conseguimos fazer prevalecer a figura do Orçamento Impositivo pela primeira vez na história”, destacou. O relator da LDO, deputado Danilo Forte (PMDB-CE), também ressaltou a importância da aprovação do texto.

Ontem, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) decidiu adiar a votação da Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo (PEC 353/13) e dividi-la em dois textos (ver reportagem abaixo). Se houver alterações na Câmara, a proposta precisará voltar ao Senado. Nesse caso, a execução obrigatória das emendas dificilmente poderia ser incluída na Constituição ainda neste ano, pois precisaria



Danilo Forte é o relator da LDO

tramitar pelas duas Casas em menos de um mês, já que o ano legislativo termina em 22 de dezembro.

Parlamentares - A PEC do Orçamento Impositivo chegou na terça-feira (26) à CCJ e o relator, deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS), já havia apresentado o relatório ao texto na manhã de ontem. Segundo ele, a medida garante a valorização dos parlamentares, já que hoje o Executivo não está obrigado a executar as emendas de deputados e sena-



Eliseu Padilha relata a PEC na CCJ

dores. “Infelizmente os parlamentares acabam condicionados a barganhas políticas com o Executivo, o que prejudica a atuação da oposição e compromete o próprio modelo democrático de Estado.”

Falta de acordo - Os líderes partidários não conseguiram chegar a um acordo ontem sobre a PEC do Orçamento Impositivo. Para o líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), a decisão da oposição de dividir o texto em dois

“é um tiro no pé”, porque inviabiliza a votação do texto ainda este ano.

Isso porque, segundo explicou, entre as votações na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e no Plenário, regimentalmente, tem que haver interstício de 10 sessões. Quebrar esse intervalo somente seria possível por entendimento entre todos os líderes.

Divisão do texto - Como a oposição optou por dividir o texto em dois contra acordo feito com o governo no Senado, o acordo, conforme Chinaglia, não será mais possível, e a votação terá que ser adiada. Com isso, segundo o líder, a saúde poderá perder R\$ 6,5 bilhões no ano que vem.

Limitação de investimentos - Já o líder o DEM, Ronaldo Caiado (GO), que apresentou o requerimento aprovado na CCJ para desmembrar a PEC, assegura que a intenção é exatamente impedir que o governo limite os investimentos na área. Pelo acordo firmado pelo governo no Senado, os investimentos da União no setor ocorreriam de forma escalonada – começando com 13,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) em 2014 para chegar a 15% em 2018.

CCJ divide liberação impositiva em duas partes

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou ontem requerimento que divide a PEC 353/13 em dois textos - o primeiro torna obrigatória a execução das emendas parlamentares ao Orçamento, já o segundo fixa um percentual mínimo da receita da União a ser aplicado em saúde. Com a aprovação do requerimento, do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), foi adiada a votação da admissibilidade da proposta, já que os textos voltam para a Mesa Diretora da Câmara, a fim de serem reenumerados.

O relator da PEC, Eliseu Padilha, chegou a pedir a rejeição do requerimento de Caiado. “O tempo neste caso é nosso adversário. O texto do Senado é diferente do da Câmara, mas o ideal é que o Orçamento Impositivo valha já para o ano que vem.”

O líder do PT, deputado José Guimarães (CE), acusou a oposição de quebra de acordo ao inviabilizar a votação da PEC nos termos acertados no Senado. “As emendas impositivas fazem parte daquilo que nós acordamos – 15% da receita corrente líquida pra saúde. Esse é o acordo que nós patrocinamos no Senado, inclusive, com a colaboração da oposição.”

Saúde - O texto aprovado no Senado fixa um percentual mínimo da arrecadação de impostos que a União



Ronaldo Caiado sugeriu a divisão da PEC

deverá aplicar em ações de saúde. Hoje, de acordo com a Emenda Constitucional 29, estados e municípios devem aplicar, respectivamente, 12% e 15% no setor. No caso da União, a aplicação mínima é o valor gasto no ano anterior somado à variação do Produto Interno Bruto (PIB).

Pela PEC do Senado, os percentuais obrigatórios da União serão escalonados: aplicação mínima de 13,2% em 2014; 13,7% em 2015; 14,1% em 2016; 14,5% em 2017; e 15% em 2018.

Seguridade - Caiado observou que os percentuais previstos na pro-



José Guimarães: oposição quebrou acordo

posta são menores do que aqueles já aprovados pela Comissão de Seguridade. O colegiado aprovou, no dia 20, destinação de 15% da receita federal para a saúde a partir de 2014, aumentando gradativamente esse percentual até chegar a 18,7% em 2018.

O texto da Seguridade Social foi um substitutivo do deputado Osmar Terra (PMDB-RS) ao Projeto de Lei Complementar 123/12, do deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS).

Caiado também argumentou que a medida deve constar de lei complementar, e não de PEC.

Alterações no PPA ficam para terça-feira

A Comissão Mista de Orçamento suspendeu ontem a reunião para votar proposta (PLN 13/13) que altera o Plano Plurianual (PPA – Lei 12.593/12) 2012-2015 em diversos itens; e a Medida Provisória (MP) 625/13, que autoriza a liberação de R\$ 60 milhões do Orçamento para o Ministério de Minas e Energia. A votação será retomada na terça-feira (3), às 14h30.

O presidente da comissão, Lobão Filho, aceitou o pedido do deputado Claudio Cajado (DEM-BA) de passar a pauta para a próxima semana porque termina hoje o prazo para apresentar emendas individuais, de comissão e de bancada à Lei Orçamentária Anual para 2014. “Já avançamos muito [com a pauta da comissão] e precisamos elaborar nossas emendas”, disse Cajado.

Deputados e senadores têm R\$ 14,68 milhões, cada um, para apresentar em emendas individuais ao Orçamento, sendo R\$ 7,34 milhões necessariamente para ações e serviços públicos de saúde, feitos pelo Ministério da Saúde. Aí estão incluídas despesas de custeio, como água e luz.